



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – CCS
Curso de Nutrição
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

ILTON GRACIEL FONSECA ALMEIDA

O ambiente escolar como espaço privilegiado à construção de práticas de alimentação saudável: uma reflexão sobre a atuação da Equipe Pedagógica e do Nutricionista

Santo Antônio de Jesus-BA

2013

Ilton Graciel Fonseca Almeida

O ambiente escolar como espaço privilegiado à construção de práticas de alimentação saudável: uma reflexão sobre a atuação da Equipe Pedagógica e do Nutricionista

Trabalho de Conclusão de Curso com o objetivo de obter o título de graduação no Curso de Nutrição, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Orientadora: Prof^ª Edleuza Oliveira Silva

Santo Antônio de Jesus-BA

2013

Ilton Graciel Fonseca Almeida

O ambiente escolar como espaço privilegiado à construção de práticas de alimentação saudável: uma reflexão sobre a atuação da Equipe Pedagógica e do Nutricionista

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Nutrição.

Aprovado em ____ janeiro de 2013.

Banca Examinadora:

Prfa. Me. Edleuza Oliveira Silva - Orientadora

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prfa. Me. Barbara Eduarda Panelli Martins

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Nutricionista Luana Ediana Moreira Piton

Hospital Regional de Santo Antônio de Jesus-BA

AGRADECIMENTOS

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me iluminado e me dado forças para enfrentar todas as dificuldades dessa etapa de minha vida, a minha mãe que tem me dado todo o carinho e apoio para que eu realize os meus trabalhos, aos meus avós Edésio e Abigail pelo carinho de sempre, a minha namorada que ao mesmo tempo em que me faz feliz, também me encoraja a seguir em frente mesmo com as dificuldades, a minha tia Eliana, aos demais familiares e aos amigos que estiveram sempre comigo me apoiando e ajudando, Gimena Souza, Luana Moreira, Jefferson Reis e Ronilson Reis. Também agradeço muito a minha orientadora, Edleuza Oliveira Silva por ter aceitado o convite para a minha orientação e pela realização de um ótimo trabalho para a finalização deste projeto, a qual serei muito grato pela minha formação.

“A vida é o que acontece quando estamos fazendo outros planos.” John Lennon

SUMÁRIO

<u>“A vida é o que acontece quando estamos fazendo outros planos.” John Lennon</u>	<u>6</u>
<u>SUMÁRIO</u>	<u>6</u>
<u>RESUMO: Em meio a um cenário de transição demográfica, epidemiológica e nutricional vigente em diversos países do mundo, destaca-se a importância da educação alimentar e nutricional para a promoção da saúde através da promoção de hábitos alimentares saudáveis, tendo na escola, o espaço favorável para esse fim. Nesse contexto, o presente estudo teve como propósito a revisão de artigos científicos produzidos nos últimos 12 anos que tratam de pesquisas, intervenções e ações desenvolvidas sobre a educação alimentar e nutricional no país, tendo como objetivo analisar o papel da equipe pedagógica na construção de práticas de alimentação saudáveis dentro do ambiente escolar em parceria com o Nutricionista, buscando colaborar na produção científica sobre o assunto. A revisão apontou para a importância da escola como local propício para produção de conhecimentos e práticas em educação alimentar e nutricional, assim como discutiu as abordagens pedagógicas utilizadas no ambiente escolar para a promoção da saúde pelos educadores e equipe pedagógica, evidenciando a predominância da pedagogia liberal, com ênfase no aspecto biológico. Discutiu ainda, a importância da atuação mútua do Nutricionista e da comunidade escolar nas atividades de educação alimentar e nutricional para que se atinjam resultados positivos. Em conclusão, o estudo aponta a importância das atividades promotoras de saúde na formação dos indivíduos na idade escolar, ao tempo em que aponta a existência de poucos estudos de avaliação do processo e do impacto dessas ações na população escolar.....</u>	<u>8</u>
<u>INTRODUÇÃO.....</u>	<u>9</u>
<u>METODOLOGIA</u>	<u>11</u>
<u>REVISÃO DE LITERATURA</u>	<u>11</u>
<u>A ESCOLA COMO LOCAL FAVORÁVEL PARA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....</u>	<u>11</u>
<u>AVALIAÇÃO DA EQUIPE PEDAGÓGICA QUANTO AS SUAS ABORDAGENS EM EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO AMBIENTE ESCOLAR.....</u>	<u>15</u>
<u>O PAPEL DO NUTRICIONISTA NA CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS ALIMENTARES SAU-DAVEIS NA ESCOLA.....</u>	<u>22</u>
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</u>	<u>26</u>
<u>REFERÊNCIAS</u>	<u>28</u>

Obs.: o presente Trabalho de Conclusão de Curso está organizado em formato de artigo científico conforme normas da ABNT. O sumário acima foi incluído apenas para facilitar a localização dos tópicos do artigo.

O ambiente escolar como espaço privilegiado à construção de práticas de alimentação saudável: uma reflexão sobre a atuação da Equipe Pedagógica e do Nutricionista

Ilton Graciel Fonseca Almeida¹ & Edleuza Oliveira Silva²

RESUMO: Em meio a um cenário de transição demográfica, epidemiológica e nutricional vigente em diversos países do mundo, destaca-se a importância da educação alimentar e nutricional para a promoção da saúde através da promoção de hábitos alimentares saudáveis, tendo na escola, o espaço favorável para esse fim. Nesse contexto, o presente estudo teve como propósito a revisão de artigos científicos produzidos nos últimos 12 anos que tratam de pesquisas, intervenções e ações desenvolvidas sobre a educação alimentar e nutricional no país, tendo como objetivo analisar o papel da equipe pedagógica na construção de práticas de alimentação saudáveis dentro do ambiente escolar em parceria com o Nutricionista, buscando colaborar na produção científica sobre o assunto. A revisão apontou para a importância da escola como local propício para produção de conhecimentos e práticas em educação alimentar e nutricional, assim como discutiu as abordagens pedagógicas utilizadas no ambiente escolar para a promoção da saúde pelos educadores e equipe pedagógica, evidenciando a predominância da pedagogia liberal, com ênfase no aspecto biológico. Discutiu ainda, a importância da atuação mútua do Nutricionista e da comunidade escolar nas atividades de educação alimentar e nutricional para que se atinjam resultados positivos. Em conclusão, o estudo aponta a importância das atividades promotoras de saúde na formação dos indivíduos na idade escolar, ao tempo em que aponta a existência de poucos estudos de avaliação do processo e do impacto dessas ações na população escolar.

Palavras-chave: Programa Nacional de Alimentação Escolar, Educação Alimentar e Nutricional; Abordagens Pedagógicas, Nutrição na Escola e Hábitos Alimentares.

The school environment as a privileged space for the construction of healthy feeding practices: a reflection on the performance of Pedagogical Team and Nutritionist.

ABSTRACT: Amid a backdrop of demographic and epidemiological transitions and nutritional prevailing in various countries around the world, highlight the importance of food and nutrition education to promote health by promoting healthy eating habits, taking in school, space favorable for this purpose. In this context, the present study aimed to review scientific papers produced over the last 12 years dealing in research, interventions and actions developed on the food and nutrition education in the country, with the objective of interest to analyze the role of the teaching staff in building of

healthy feeding practices within the school environment in partnership with the Nutritionist, seeking to collaborate in the production of scientific review articles on the subject. Reveals the function of the school as a place suitable for the production of knowledge and practices in food and nutrition education, and pedagogical approaches undertaken in the school environment to promote health by educators and teaching staff. Reports also the importance of the performance of mutual Nutritionist and community activities in school, to the achievement of positive results. Finishes, demonstrating the importance of these health-promoting activities in the training of individuals and the need for more studies on the subject.

Keywords: National School Feeding Programme; Food and Nutrition Education; Food Habits and Health Promotion.

¹ Discente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências da Saúde, Curso de Nutrição, Santo Antônio de Jesus – BA – Brasil.

² Docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências da Saúde, Curso de Nutrição, Santo Antônio de Jesus – BA – Brasil.

INTRODUÇÃO

Diversos países da América Latina, inclusive o Brasil, vêm sofrendo nos últimos anos uma ligeira transição demográfica, epidemiológica e nutricional (KAC; VELÁSQUEZ-MELÉNDEZ, 2003). Em meio a um cenário conturbado que envolveu também transformações marcantes na política, esporte, saúde e educação no Brasil, observou-se uma mudança no estilo de vida, associada a alterações na qualidade e quantidade da dieta praticada (BATISTA & RISSIN, 2003), produzindo reflexos na saúde da população brasileira (KAC; VELÁSQUEZ-MELÉNDEZ, 2003; BATISTA & RISSIN, 2003 apud BICALHO, 2010).

Embora se assista uma contínua redução da desnutrição no Brasil, ao mesmo tempo pode-se observar um aumento significativo na prevalência da obesidade. E como consequência dessa transição, percebe-se um aumento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) – hipertensão, diabetes, dislipidemias entre outras – gerando uma sobrecarga no Sistema Único de Saúde (SUS), visto que essas doenças necessitam de uma maior assistência dos serviços de saúde uma vez que os seus tratamentos possuem uma longa duração, além das demandas sociais e econômicas decorrentes das limitações impostas pelas mesmas aos seus portadores (COUTINHO et al., 2008).

Para intervir nesse contexto, em 1999 foi criada a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), com o objetivo de garantir a qualidade dos alimentos colocados para consumo no país, a promoção de práticas alimentares saudáveis, a prevenção e o controle dos distúrbios nutricionais, bem como o estímulo às ações inter setoriais que propiciam o acesso universal aos alimentos. A PNAN desde então, constitui o instrumento maior do planejamento nesta área, cujas diretrizes orientaram a elaboração e a reorientação de planos, programas, projetos e atividades nessa área (BRASIL, 2003). Por conseguinte, buscando implantar uma política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, foi criada em 2006 a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) que preconiza o direito a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente para todos, baseada em práticas alimentares promotoras da saúde, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais e respeitando particularidades e características culturais de cada região (BRASIL, 2006).

Nesse contexto, relacionando a prevalência das DCNTs com os atuais hábitos alimentares da população, manifesta-se a importância de práticas mais saudáveis. Pode-se afirmar que os costumes alimentares são abarcados no decorrer de toda a vida, sendo a infância uma fase de extrema importância para instauração de hábitos alimentares saudáveis (COUTINHO et al., 2008).

Partindo dessa conjuntura, a escola se caracteriza como um espaço adequado para o desenvolvimento de ações para promoção de hábitos alimentares saudáveis, promovendo saúde e incentivando o desenvolvimento humano saudável na trajetória das crianças (SCHMITZ et al., 2008). Assim, tem sido incitadas discussões sobre o importante papel da educação alimentar e nutricional como objetivo de controlar a atual situação de excesso de peso e alimentação inadequada, através de estratégias para promover uma reeducação alimentar, com um enfoque especial para as crianças em estágio escolar (IULIANO et al., 2009).

Nesse cenário, representando uma estratégia da política de alimentação e nutrição no Brasil, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem como objetivo atender as necessidades nutricionais dos alunos, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, 2011).

O Nutricionista se encaixa como profissional competente para promover a educação alimentar e nutricional e assumir a responsabilidade técnica do funcionamento

do PNAE nas escolas de ensino fundamental e médio, além de realizar atividades educacionais, respeitando os aspectos de desenvolvimento humano da população escolar e a realidade onde está inserida e, a partir daí, contribuir na incorporação de bons hábitos alimentares. Há muitas abordagens a respeito da educação alimentar e nutricional nas escolas uma vez que esta se configura como estratégia para formação de hábitos alimentares saudáveis desde as primeiras etapas da vida, além de ajudar no controle de doenças relacionadas à nutrição. Todavia, ainda há uma carência de informações sobre as iniciativas tomadas para tal. Portanto conhecer esses projetos pode levar a um paralelo de novas direções políticas e discussões pedagógicas entre profissionais da educação e nutricionistas (IULIANO et al., 2009).

Ao que foi abordado, este estudo propôs-se analisar o papel da equipe pedagógica na construção de práticas de alimentação saudáveis dentro do ambiente escolar em parceria com o Nutricionista.

METODOLOGIA

O conteúdo presente neste artigo faz parte de uma revisão bibliográfica, realizada no período entre setembro à dezembro de 2012. Contendo 29 artigos científicos selecionados em bancos de dados do Scielo e do Google Acadêmico além de sites com materiais oficiais publicados no Brasil.

Foram usadas na busca por esses artigos, palavras-chaves como: Educação Alimentar e Nutricional, Programa Nacional de Alimentação Escolar, Hábitos Alimentares e Promoção a Saúde. Foram excluídos os artigos publicados anteriormente a 2000.

REVISÃO DE LITERATURA

A ESCOLA COMO LOCAL FAVORÁVEL PARA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Vários estudos vêm demonstrando que países em desenvolvimento, incluindo o Brasil, encontram-se em transição nutricional, fomentada frequentemente pela má-alimentação (Coutinho, et. al., 2008). Como característica para essa transição tem-se o

aumento na prevalência de sobrepeso e obesidade na população de muitos países latino-americanos. No Brasil o sobrepeso e a obesidade vêm se tornando cada vez mais frequentes comparados com a desnutrição infantil, apontando para uma transição nutricional e epidemiológica que necessita ser enfatizado no plano da saúde coletiva (KAC; VELÁSQUEZ-MELÉNDEZ, 2003).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o peso dos brasileiros vem aumentando nos últimos anos. Em 2009, constatou-se que uma em cada três crianças de 5 a 9 anos estava acima do peso recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Sendo que em números, o excesso de peso atingia 33,5% das crianças de cinco a nove anos, onde 16,6% do total de meninos também eram obesos; entre as meninas, a obesidade apareceu em 11,8%. Constatou-se ainda, que estes dados são encontrados com grande frequência, a partir de 5 anos de idade, em todos os grupos de renda e em todas as regiões brasileiras (IBGE, 2010). Em consequência, as doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), como as doenças cardiovasculares e o *diabetes mellitus*, são cada vez mais comuns, inclusive em crianças. Estas quando associadas às elevadas prevalências de excesso de peso entre crianças e adolescentes, representam graves repercussões para a saúde atual e futura dos mesmos (BERNARDON et al., 2009).

Iuliano et al. (2009) revela que devido ao quadro epidemiológico e nutricional atual, voltaram-se as atenções para a educação alimentar e nutricional em escolas, visto que é excelente estratégia para formação de hábitos alimentares saudáveis desde os primeiros anos de vida, além de favorecer o controle de doenças de origem nutricional na população em geral. Sendo assim, discussões sobre o importante papel da educação nutricional têm sido fomentadas, com o intuito de amenizar e controlar o atual quadro de má nutrição e excesso de peso, bem como de promover alimentação e nutrição adequada, com especial atenção à criança em idade escolar.

Uma alimentação saudável deve ser baseada em práticas alimentares com significado social e cultural. A alimentação se dá em função do consumo de alimentos (e não exclusivamente de nutrientes). Os alimentos têm gosto, cor, forma, aroma e textura e todos estes componentes precisam ser considerados na abordagem nutricional. Os nutrientes são importantes, contudo os alimentos não podem ser resumidos a veículos destes. Os alimentos trazem significações antropológicas, sócio-culturais, comportamentais e afetivas singulares, entendido, portanto, como fonte de prazer e identidade (PINHEIRO ET AL, 2005).

Neste sentido Rodrigues & Roncada, (2008) afirmam que, a educação alimentar e nutricional é um dos meios existentes na busca por uma alimentação saudável, bem como na promoção da saúde, que influencia a população a repensar sobre o seu comportamento alimentar, tomando consciência da importância de uma alimentação adequada para a saúde, auxiliando na transformação e no resgate dos hábitos alimentares tradicionais.

Loureiro, (2005) afirma que na educação alimentar é importante haver espaço para a experimentação, podendo usar os próprios alimentos. Para manter o interesse no aprendizado sobre a alimentação é necessário a construção de uma boa estratégia focalizando mais no ambiente social e na vida pessoal, e não tanto nos nutrientes. Já Rozin, (2002) afirma que as preferências e aversões alimentares são formadas desde o senso individual à informação e ao consenso determinado pelo grupo social. E que a influência da pressão social, referente à exposição constante de um alimento, estimula o gosto e o oferecimento do alimento em um contexto social positivo, valorizando a escolha deste alimento.

Boog, (2008) destaca que o desafio que se coloca hoje à prática de Educação Alimentar, é incentivar a alimentação saudável valorizando e resgatando a sua cultura, mas considerando, também, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Além de resgatar e modificar crenças e pensamentos em relação ao ato de comer é importante lembrar-se do acesso econômico e social para uma alimentação adequada, destacar essa questão em programas comunitários e de saúde e discutir a fome, pobreza, desigualdade e desnutrição em todos os setores da sociedade.

Sabe-se da necessidade em preparar as crianças para fazer escolhas alimentares mais saudáveis em sua formação, o que demanda estratégias voltadas à educação alimentar e nutricional, cujo desenvolvimento e alcance populacional são favorecidos no ambiente escolar. Nesse sentido, as práticas de programas permanentes e adequados de Educação Nutricional são de extrema importância e sua implementação torna-se cada vez mais necessária para sociedade. (RODRIGUES & RONCADA, 2008).

As ações do nutricionista do PNAE têm sido colocadas como fatores protetores para o estado nutricional e doenças associadas para as crianças e adolescentes em idade escolar (IULIANO et al., 2009). Nesse sentido, a escola é um ambiente adequado para a realização de programas dessa natureza por se tratar de um espaço importante na realização de iniciativas para promoção da saúde, estimulando o desenvolvimento

saudável e as relações proveitosas e harmônicas, colaborando para a formação de cidadãos críticos (BERNARDON et. al., 2009).

Campos & Zuanon (2004) acrescentam que por se tratar de um local onde as crianças passam grande parte de sua vida, a escola atua de maneira significativa na formação de opiniões e na construção de conceitos, sendo um local de referência para a implementação de qualquer programa que vise a educação do indivíduo. Todavia, quando o aprendizado é sedimentado, uma vez que a criança convive em outros ambientes sociais fora do espaço escolar, presume-se que os hábitos familiares podem sofrer influências. Sendo assim, alerta-se para a existência de um intercâmbio entre os hábitos adquiridos no núcleo familiar e aqueles obtidos na escola, os quais podem se completar e se renovar (CAMPOS & ZUANON, 2004).

Não obstante, na infância, a criança sofre forte influência sobre as atividades físicas e os hábitos alimentares de seus pais, exercendo pouco controle sobre o ambiente em que vive, como por exemplo, na escolha dos alimentos, além de estar sujeita às mudanças de comportamento e nos padrões ambientais por causa da sua inserção no ambiente escolar. Dessa maneira, a escola torna-se um ambiente bastante sedutor para a análise das ocorrências de sobrepeso e obesidade entre as crianças em idade escolar, considerando o apoio da escola para a obtenção de informações sobre a criança e sua família, com vistas ao desenvolvimento de programas de prevenção e controle do sobrepeso infantil (MONDINI et al., 2007).

Amorin et al. (2012) afirmam que respeitar e promover a cultura e as tradições alimentares locais, além de conduzir à realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e à Segurança Alimentar e Nutricional são papéis da escola, e que, deve incentivar uma relação saudável com o alimento. A promoção da alimentação saudável dentro da escola contribui também para o manejo e a redução da prevalência do sobrepeso e da obesidade, encontrada atualmente na população escolar.

Segundo Schmitz et al. (2008), para alcançar o desenvolvimento de estratégias para a promoção da alimentação saudável se faz necessário envolver todo o público escolar. Nesse contexto, planejar a promoção da alimentação saudável em parceria com a comunidade escolar está profundamente ligado à educação alimentar e nutricional. Tal comunidade é composta por: pais, alunos, educadores, coordenadores, diretores, merendeiros e demais funcionários, podendo ainda incorporar conselheiros tutelares, de educação, dos direitos da criança, organizações não-governamentais, universidades, entre outros (RIBEIRO et al., 2007). Nesse contexto, o local de ensino, ao conciliar de

forma dinâmica alunos e familiares, professores e profissionais de saúde, proporciona oportunidades para desenvolver atividades que aumentam a capacidade da escola de se tornar inteiramente, um local favorável à convivência saudável, ao desenvolvimento psicológico, ao aprendizado e ao trabalho de todos os envolvidos, podendo, resultar em um núcleo de promoção de saúde local (COSTA et al., 2001).

Portanto, a escola deve ser pólo irradiador de conhecimentos, atitudes e práticas que promovam e que estimulem a prática alimentar saudável, influenciando na formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos e da comunidade escolar e contribuindo para a garantia do direito humano à alimentação adequada e, conseqüentemente, para a melhoria da saúde da população escolar (AMORIN et al., 2012).

AVALIAÇÃO DA EQUIPE PEDAGÓGICA QUANTO AS SUAS ABORDAGENS EM EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO AMBIENTE ESCOLAR

Sendo a escola um ambiente favorável para o processo educativo, entende-se que o professor é o membro principal da equipe de saúde escolar, sobretudo, por ter maior contato com os alunos, está envolvido na realidade social e cultural de cada educando e possui uma semelhança comunicativa (DANVAÇO et al., 2004). Nesta conjuntura, analisar os debates sobre o assunto, além das abordagens pedagógicas é de extrema importância para a educação alimentar e nutricional.

As práticas educacionais referentes a ciências e a saúde, no âmbito da educação alimentar e nutricional, se caracterizam pela heterogeneidade, admitindo diferentes abordagens pedagógicas. (SILVA & FONSECA, 2009). De acordo com Caniné & Ribeiro (2007) abordando a taxonomia de Libâneo, encontram-se no grupo das pedagogias liberais a concepção comportamentalista (não diretiva) e a tradicional, que se referem à manutenção e reprodução do sistema capitalista. No grupo das pedagogias progressistas existem as concepções construtivista e político-social que junto as camadas populares e a partir da análise crítica da realidade, procuram criar ferramentas intelectuais que sejam úteis na busca pela transformação da sociedade.

Retomando as pedagogias liberais, ao considerar o pressuposto que o indivíduo pode ser adaptado segundo estímulos do meio ambiente, encontra-se a visão tradicional, com prerrogativas sobre o armazenamento, a acumulação e a transmissão de

informações e afirma que o homem só poderá conhecer o real por meio de conhecimentos alcançados (CANINÉ & RIBEIRO, 2007). Portanto, entende-se que nessa abordagem não existe comunicação entre o professor e os alunos, mas sim uma transmissão de conhecimento do educador para os alunos, este primeiro, depositário de todo o saber, o que negligencia qualquer tipo de troca de saberes, diminuindo a importância de qualquer contribuição que os alunos tenham a oferecer.

A segunda abordagem da pedagogia liberal representa uma abordagem não crítica de educação, conhecida como comportamentalista ou behaviorista, nascida com base nos pressupostos filosóficos positivistas e na psicologia experimental (CANINÉ & RIBEIRO, 2007). Nesta abordagem o conhecimento é resultado direto da experiência que se situa entre estímulos e respostas, produto observável, previsível e passível de descrição, resultado de análises planejadas fora do sujeito, sem qualquer apreensão com sua “alma” ou com sua “consciência”. (ABBAGNANO, 2003 apud CANINÉ & RIBEIRO, 2007).

Em oposição às concepções não críticas, a concepção construtivista admite a existência de um mundo real, sem desconsiderar que cada indivíduo atribui a ele conceitos particulares, de acordo com seus litígios mentais (CANINÉ & RIBEIRO, 2007). De acordo com os autores, o conhecimento é visto como processo ativo e contínuo, que envolve operações, combinações e reorganizações mentais. Os construtivistas dão valor às relações sociais sendo importante desenvolver habilidades que facilitem a interação com o grupo. Entende-se então, que os ambientes construtivistas dão liberdade para a interação do indivíduo com o meio, permitindo constantes readaptações no decorrer do processo de aprendizagem.

Ainda segundo Caniné & Ribeiro (2007) a abordagem político-social leva a crer que somente através da transformação da realidade que se realiza a educação. Nesse conceito a educação exige conscientização dos indivíduos envolvidos, o que se faz por meio de um diálogo democrático, permitindo negociar as relações de poder, configurando-se assim, uma relação ensino-aprendizagem baseada na conversação.

Ao ser analisada a importância da escola como ambiente educativo para a construção de hábitos alimentares, vislumbra-se uma série de discussões recorrentes a esta temática. Por conseguinte, serão descritas algumas publicações que apontam ações e pesquisas relacionadas ao espaço escolar, que contribuem de alguma maneira na promoção da educação alimentar e nutricional, buscando correlacioná-las com as abordagens pedagógicas.

Em uma pesquisa realizada por Piccolli et al. (2003), cujo objetivo foi identificar de que maneira os professores das séries iniciais buscam informações sobre a temática alimentação e nutrição e como esse conteúdo é abordado em sala de aula, verificou-se que 89,2% afirmaram que trabalham o assunto na sala de aula, enquanto 59,5% utilizam a reunião com outros professores como base para o planejamento. Fazendo um comparativo com o estudo de Pipitone et al. (2003), 91,7% dos professores e depoentes afirmaram que abordam o tema alimentação e nutrição em suas aulas, ao passo que, apenas 4,2% utilizam a reunião com outros professores como base para o planejamento. Para Piccolli et al. (2010), reunir-se para a discussão do planejamento de ensino é importante, pois permite que trabalhos sejam elaborados de maneira conjunta, interdisciplinar, transversal, envolvendo todas as áreas de conhecimento, possibilita ainda, a troca de conhecimento entre os profissionais de educação, contribuindo para o crescimento de toda a unidade escolar e o desenvolvimento de um trabalho de qualidade.

Ainda em referência ao estudo de Piccolli et al. (2003), nota-se que 70,3% dos professores entrevistados utilizavam o livro didático como fonte de informação para trabalhar temas relacionados a nutrição. Em adição, Pipitone et al. (2005), em estudo sobre a educação nutricional nos livros didáticos de Ciências utilizados no ensino fundamental relatou que 55% dos livros apresentaram adequação quanto aos conceitos relativos à alimentação e nutrição e que 83% dos livros analisados apresentam linguagem adequada à idade do escolar. Os livros didáticos representam uma das ferramentas mais utilizadas e mais importantes que se dispõe para trabalhar os conteúdos em sala de aula, uma vez que são de fácil acesso aos professores e alunos e têm distribuição gratuita em todo o país pelo Ministério de Educação. É importante garantir que esta ferramenta de ensino seja atualizada e adequada para um ensino de qualidade em todas as áreas (PICCOLLI et al., 2010).

Oliveira (2008) em seu estudo intitulado “Criança saudável – educação dez” objetivou promover a educação alimentar e nutricional de estudantes das séries iniciais do ensino fundamental de escolas públicas. Tal estudo analisou o uso de cartilhas com histórias em quadrinhos para as crianças, com os personagens do Sítio do Pica-pau Amarelo criados pelo escritor José Bento Monteiro Lobato, além de um caderno para acompanhamento do Professor. O estudo analisou as cartilhas em quadrinhos considerando-as como material didático que se propuseram ensinar sobre alimentação saudável. O autor constatou que foram encontradas incoerências na construção do

material, como aspectos de discriminação racial, o incentivo ao consumo de produtos industrializados e à presença de erros conceituais relacionados à alimentação e nutrição. Todavia, Oliveira (2008) ressaltou reconhecer que as cartilhas podem ser importantes ferramentas de estímulo, para incentivar alunos e professores para o foco no tema alimentação e nutrição e espera que a metodologia adotada em seu trabalho possa contribuir na análise dos materiais que ainda serão desenvolvidos. Entende-se então, que há uma relação baseada na transmissão e troca de conhecimentos, onde o principal objetivo do estudo foi o conteúdo do material escrito, este por sua vez com algumas falhas. O autor foca então sua preocupação na correção destas falhas, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento desta prática educativa.

O estudo de Zancul & Oliveira (2007) se propôs a elaborar uma análise sobre os programas de educação alimentar e nutricional realizados dentro do ambiente escolar, levando em conta as possibilidades e limites desses programas. Segundo as autoras, ainda que existam projetos e ações visando uma melhora na alimentação e a nutrição do público em idade escolar, atualmente as ações de educação alimentar e nutricional voltadas aos jovens e ministradas dentro de escolas, aparentam pouco contribuir para mudanças nos hábitos dos alunos, uma vez que, esses projetos se configuram de maneira pontual, descontextualizada ou sem continuidade e não se encontram inseridos no projeto pedagógico das escolas.

O trabalho de Zancul & Oliveira (2007) apontou que na maioria dos casos, os professores utilizam o livro didático, reforçando a compreensão da nutrição e da alimentação com foco exclusivo no ensino da disciplina Biologia. Os assuntos são quase sempre os mesmos, não motivando mudanças nos hábitos e esquecendo-se de abordar os interesses imediatos dos estudantes sobre o tema. O resultado da pesquisa nos conteúdos de educação nutricional presente nos livros didáticos confirma um grande destaque ao aspecto biológico da alimentação e da nutrição, omitindo os aspectos que interferem no padrão de consumo alimentar dos alunos, como por exemplo, as propagandas de alimentos. É evidente, portanto, a baixa capacidade de modificação da realidade, que só é enxergada por um sentido, subestimando ou diminuindo a sua complexidade. Somado a isto, nota-se abordagens repetitivas e falta da transversalidade.

Outro problema foi o curto período de tempo das intervenções sobre educação alimentar e nutricional efetuadas nas escolas, e, como assinalam educadores, o fato da alimentação ser mencionada apenas no contexto biológico, sem considerar os aspectos culturais, sociais, econômicos e comportamentais que abrangem a nutrição, contribuem

para a pouca efetividade da prática educativa (ZANCUL & OLIVEIRA, 2007). Percebeu-se uma semelhança quanto ao período curto de duração das intervenções realizadas com essa temática, o que dificulta a obtenção de resultados positivos ao que se refere à inserção de hábitos alimentares saudáveis como prega os princípios da educação alimentar e nutricional.

Ainda de acordo com Zancul & Oliveira (2007) embora existam projetos de educação alimentar e nutricional voltados para adolescentes e programas e ações com a finalidade de aprimorar a alimentação oferecida nas escolas, os resultados ainda têm sido pouco significativos. Vale ressaltar, entretanto, que a maioria dos estudos a respeito da educação alimentar e nutricional na escola se limitam a levantamentos e diagnósticos sobre conduta e hábitos alimentares dos estudantes.

Em opção às aulas teóricas, os jogos vêm sendo bastante utilizados, com a intenção de alcançar os objetivos propostos pela educação alimentar. O uso de jogos representa uma nova forma para ensinar sobre educação alimentar e nutricional na escola, possibilitando uma participação mais efetiva dos estudantes na construção de um conhecimento sobre este assunto. Ao trabalhar educação nutricional deve-se considerar que os hábitos alimentares são influenciados por valores religiosos, culturais, morais e sociais. Reconhecer estas variantes é um elemento decisivo para o êxito do trabalho, já que a educação é um processo dinâmico, que necessita do envolvimento de todos que participam desse processo, respeitando seus valores e necessidades (ZANCUL & OLIVEIRA, 2007).

Diante do que já foi exemplificado, fazendo um adendo com a temática educação em saúde, que abarca a alimentação e nutrição, Dias (2010) ao realizar uma pesquisa sobre educação e saúde, apurou que 94,7% dos professores entrevistados em seu estudo apreciam a importância do tema educação em saúde, somados a isso, 89,5% consideraram fácil a introdução deste tema em suas aulas, ainda que 89,5% desconhecem o Programa Saúde na Escola. Ainda foi possível identificar que 78,9% referiram introduzir a educação em saúde em suas aulas, abordando o tema de maneira pontual e sem um planejamento em conjunto com os demais professores, alunos, comunidade e unidades de saúde, todavia, nem todos decidiram por fixar o tema mencionado em seus planos de ensino. No tocante, percebe-se que o Programa Saúde na Escola pode contribuir para que a educação em saúde não se vincule somente a verificação do aprendizado de conhecimentos em saúde, mas que ultrapasse esse limite. Para isso, a iniciativa dos professores em introduzir a educação em saúde em suas aulas

pode ser considerada como um ponto favorável para o fortalecimento do Programa Saúde na Escola e, por conseguinte, permeáveis ao tema da Educação Alimentar e Nutricional.

Considerando a importância da formação em educação alimentar e nutricional da equipe pedagógica, um estudo de Schmitz et al. (2008) desenvolvido a partir de dados coletados em duas oficinas teóricas-práticas, para professores e proprietários de cantinas escolares, sobre temas relacionados à alimentação e nutrição, teve por objetivo apresentar os resultados da avaliação feita sobre a metodologia utilizada nestas capacitações. As oficinas se basearam em exercícios práticos, dinâmicas educativas, aulas expositivas além de outros. De acordo com os autores, os resultados foram benéficos ao comparar o antes e depois. Destaca-se que na abordagem de educação nutricional utilizada neste estudo, evidencia-se uma relação entre a abordagem sócio-construtivista e a problematizadora, opondo-se a de adestramento, como observado no modelo tradicional da educação nutricional. Dando preferência por estratégias que buscam o reconhecimento do papel social do indivíduo como promotor da saúde escolar, preparando-o para enfrentar questões relacionadas à alimentação e nutrição no contexto escolar. Assim, acredita-se que o primeiro passo para desenvolver ações educativas no âmbito escolar, seja a difusão de conceitos apropriados ao tema a ser construído (SCHMITZ et al., 2008).

No tocante aos hábitos alimentares de escolares, Campos & Zuanon (2004), realizaram um estudo com o objetivo de avaliar o tipo de lanche consumido por 52 crianças de um a seis anos de idade, matriculadas em uma pré-escola particular da cidade de Araraquara (SP). Diante do resultado, notou-se uma grande quantidade de itens incluídos nas lancheiras, sendo em sua maioria, alimentos industrializados. Os autores relatam o estilo de vida corrido das famílias atualmente, e a necessidade da utilização de estratégias para educação nutricional visando à alteração da qualidade dos lanches a fim de proporcionar a incorporação de hábitos saudáveis. Entende-se, portanto, que os hábitos alimentares são reflexos do meio e de outros fatores que circundam o ser humano, nesse ponto de vista, a promoção da alimentação saudável requer ambientes favoráveis para a sua realização.

Muniz e Carvalho (2007), em seu estudo tiveram por objetivo analisar a adesão e a aceitação da alimentação escolar e seus determinantes sob o ponto de vista dos beneficiários do Programa Nacional de Alimentação Escolar. O estudo foi desenvolvido no município de João Pessoa, incluindo 89 escolas da rede pública municipal,

distribuídas em 41 bairros e que atendiam a 5.129 alunos matriculados na quarta série do ensino fundamental. Foram escolhidos aleatoriamente 240 alunos da quarta série de 10 escolas municipais de João Pessoa, Paraíba. As autoras revelaram que, escolha de trabalhar com os estudantes da quarta série partiu da idéia de que, nessa fase escolar, as crianças já tem a capacidade de expressar suas opiniões com clareza e liberdade. Assim foi observado que, a maioria dos escolares (87,0%) consideraram a alimentação escolar importante e mais de 90% afirmaram aderir ao Programa. Desses, 137 (57,3%) consumiam a refeição às vezes, devido à inadequação de algumas preparações ao hábito alimentar. No que diz respeito à aceitação, 196 escolares afirmavam gostar da alimentação, principalmente por ser saborosa. Também tiveram pontos positivos às características de: variedade (92,9%), temperatura (85,8%), quantidade (79,8%), tempo disponível para se alimentar (63,0%) e a forma de distribuição (66,5%) da alimentação. O estudo ainda aponta baixos percentuais de escolares que referiram só frequentar a escola pela oferta da refeição escolar (0,9%) e deixar de frequentá-la, caso o Programa de Alimentação Escolar fosse extinto, (4,4%) merecem destaque. Os resultados deste estudo revelaram que as crianças consideram a alimentação escolar importante, mas não o motivo principal para a sua permanência no ambiente escolar. Ainda assim, a maior parte dos estudantes referiram-se a consumir outros alimentos além daqueles oferecidos pela escola durante sua permanência neste local.

É importante ressaltar o papel do PNAE como estratégia de educação nutricional para adoção de bons hábitos alimentares. Ou seja, caso as crianças não adquiram hábitos alimentares saudáveis, estimuladas por preparações nutritivas, saborosas e atrativas para sua faixa etária, as refeições ofertadas, dificilmente, serão bem aceitas (MUNIZ & CARVALHO, 2007). Constata-se, portanto, que ao analisar os benefícios do PNAE sobre o ponto de vista da aceitação e adesão da alimentação escolar, os autores concluem que o sabor e os hábitos alimentares são os principais motivos para a adesão ou não a alimentação proposta. Deste modo há um questionamento a respeito do papel educativo do programa, revelando a necessidade da adequação dos cardápios aos hábitos alimentares dos escolares. Todavia, ao sugerir uma adequação dos cardápios de acordo com o sabor dos alimentos, pode comprometer o papel educativo para a formação de hábitos alimentares saudáveis.

Em síntese, ao analisar o estudo de Silva & Fonseca (2009), os autores relatam que, a percepção dos aspectos capitais de educação alimentar e nutricional (como o seu reconhecimento como elemento essencial para a promoção da saúde; a escolha do

ambiente escolar; o papel dos componentes sociais; a complexidade baseada no conceito de educação e as várias vertentes que compõem o hábito alimentar) definem como fatores preponderantes para a construção de estratégias de intervenção mais eficazes, além de análises críticas mais consistentes em pesquisas nesse campo. Reforçando que a apresentação do alimento e de informações acerca de seu valor nutricional não são suficientes para que o hábito alimentar saudável se construa.

A complexidade inerente ao fenômeno alimentar exige investimento em abordagens educativas progressistas, transversais e intersetoriais com a convocação de atores sociais afins. Tal conjunção, além de enriquecer a promoção de saúde na escola, pode contribuir no ensino de Ciências ao acrescentar, por exemplo, a presença de práticas agrícolas na escola, as quais podem melhorar realidades e conhecimentos já existentes numa abordagem a partir do multiculturalismo (BAPTISTA & EL HANI, 2007).

O PAPEL DO NUTRICIONISTA NA CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS ALIMENTARES SAUDÁVEIS NA ESCOLA.

Nos últimos anos, o conceito de promoção da saúde ganhou força em diversos países do mundo. Isso se deu, sobretudo, devido à constatação de que o aumento de gastos na assistência médica não possuía relação direta com a melhoria da saúde da população. Nesse sentido, surgiu a necessidade de desenvolver políticas governamentais que tratassem de problemas de saúde pública, com ênfase naqueles relacionados às doenças crônicas (CZERESNIA, 2003 apud CANINÉ & RIBEIRO, 2007). Os desafios para a execução de tal proposta são ainda maiores no Brasil, devido a sua dimensão e profunda desigualdade social. Desafios que precisam ser enfrentados e estendidos a parcerias necessárias a administração pública, serviços de saúde, comunidade escolar e sociedade em geral, para levar à frente ações que promovam a saúde do maior número possível de pessoas (CANINÉ & RIBEIRO, 2007). Com essa perspectiva, a promoção da saúde consiste em proporcionar à população condições necessárias para que se possa alcançar um estado de bem-estar físico, mental e social. Sendo assim, essas ações trazem à tona os problemas da população, os quais podem transformar-se em pautas positivas no ato desta promoção, revelando a importância da educação e a informação para a saúde (CAMPOS, 2003).

No Brasil, encontram-se muitos obstáculos para que a população alcance um nível ótimo de nutrição. A complexidade dos problemas alimentares, reflexo da transição nutricional em andamento no país, tem imposto reformulações urgentes ao setor de saúde, com o intuito de responder as novas demandas alimentares da população. (FERREIRA & MAGALHÃES, 2007). A obesidade atinge cada vez mais crianças e adolescentes, revelando ser um problema não apenas restrito aos adultos. Nesse sentido a obesidade infantil e juvenil figura-se hoje como objeto de preocupação, já que vem aumentando de forma significativa e é fator determinante em muitas complicações de saúde, tanto na infância quanto na idade adulta. (ZANCUL & OLIVEIRA 2007). Essas mudanças vêm exigindo dos profissionais em nutrição uma reflexão de suas atribuições enquanto agente ativo nesse processo. Nesse contexto, a promoção da saúde tem como propósito, um caminho promissor para o campo da alimentação e nutrição (FERREIRA & MAGALHÃES, 2007).

O Ministério da Saúde refere que o período escolar é de extrema importância para se trabalhar saúde com a intenção de promover e desenvolver ações para a prevenção de doenças e promoção da qualidade de vida (BRASIL, 2002). Por ser um local onde as crianças passam grande parte de sua vida, a escola atua de modo decisivo na formação de opiniões e no levantamento de conceitos, se tornando uma referência para a realização de qualquer programa que vise à educação do indivíduo (Campos & Zuanon, 2004), Outorgando-se à escola o papel de educar para práticas alimentares saudáveis, compete ao nutricionista mobilizar e integrar o público escolar através de ações vinculadas ao PNAE (SILVA & FONSECA, 2009). Diante do exposto, a seguir serão descritas a posição de alguns autores, no que diz respeito à contribuição do Nutricionista para a comunidade escolar.

IULIANO et al. (2009) afirma que, o Nutricionista, como profissional competente para realizar educação nutricional além de responsável técnico e executor das atribuições do PNAE deve idealizar suas atividades educativas analisando os aspectos de desenvolvimento humano do seu público-alvo. Não somente os sentidos que influenciam a alimentação, mas também a realidade na qual a população está inserida e os estímulos adequados para sua adesão, com o intuito de obter sucesso em suas práticas educativas e promover alimentação saudável.

Já Silva & Fonseca (2009) refere, que o Nutricionista necessita estar apto a desenvolver o papel de promotor de ações educativas, reunindo outros atores sociais para o desenvolvimento de projetos que propiciem uma educação permanente em

alimentação e nutrição. Discorrendo junto com a direção e coordenação pedagógica da escola para o planejamento de atividades com esse conteúdo.

Caniné & Ribeiro (2007) esperam que o Nutricionista sensibilize com os problemas reais, enfrentados no dia a dia da escola, se empenhando na busca por soluções viáveis para situações que podem ser resolvidas dentro da unidade escolar e na articulação de parcerias para aquelas que exigem a participação de outros setores.

Não obstante, Boog (2004) afirma que, o ser educador em nutrição não se compila somente a propagar informações corretas de forma didática, mas também em compreender a maneira como o cidadão vivência o problema e todas as questões de natureza subjetiva e interpessoal que estão relacionadas no comportamento alimentar. Educar para a alimentação saudável demanda: a acareação de novas práticas com o significado social dos alimentos para os sujeitos do processo educativo, além da construção de novos sentidos para o ato de comer.

O profissional em nutrição deve saber lidar com possíveis confrontos culturais referentes ao ato de se alimentar. Segundo Caniné & Ribeiro (2007), as práticas alimentares que respeitam as diferenças culturais, tornam-se capazes de se sustentar social, econômica e ambientalmente e são consideradas promotoras de saúde, do mesmo modo que o acesso adequado e regular a uma alimentação saudável é um direito humano. COSTA et al. (2001) revela ainda, que no ambiente escolar para que o trabalho do Nutricionista se torne, realmente, educativo, há uma necessidade de um paralelo entre o saber popular e o saber técnico, rompendo com os modelos tradicionais de intervenção. No entanto deve-se ressaltar que o modelo em que os Nutricionistas desenvolvem suas atividades educativas não é neutro, pois estes recebem influências do contexto social, político e econômico em que atuam. Neste sentido há a necessidade de tornar competentes tanto os nutricionistas nos conhecimentos da experiência da população, quanto à população beneficiada pelo programa nos conhecimentos específicos da nutrição (CANINÉ & RIBEIRO, 2007).

No tocante a relação entre o profissional da nutrição e demais componentes da equipe pedagógica, COSTA et al. (2001) revela que para aprendizagem em saúde e nutrição como parte da cultura do serviço de alimentação escolar, é necessário que toda a escola sinta-se motivada a participar do projeto. Um meio para isso se dá quando as atividades práticas elaboradas no serviço de alimentação escolar tornam-se objeto de práticas pedagógicas, onde são executadas pelos professores com a intermediação do Nutricionista. Nesse sentido, deve-se criar um ambiente propício à aprendizagem, afim

de que todos aqueles que desempenham suas atividades no ambiente escolar possam realizar atividades comuns ou articuladas. Sendo uma oportunidade para o Nutricionista demonstrar outras atribuições além das tradicionalmente voltadas para o biológico, higiênico-sanitário e clínico-assistencial.

O PNAE, desde que foi implementado, em 1955, vem sofrendo várias reformulações no que se refere à promoção e formação de hábitos alimentares saudáveis. Embora integre, atualmente, a aplicação da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem e a promoção da alimentação saudável nas escolas com ações educativas transversais, ainda é censurado pelo seu passado assistencialista (COSTA et al. 2001). Contudo, o PNAE vêm atuando há vários anos de forma relevante em todo o Brasil, sendo um importante aliado na elaboração de estratégias que visem à promoção da saúde na escola. Em seu enunciado, o PNAE tem como atribuições o atendimento de necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência na escola e a promoção da formação de hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, 2009). Sendo assim, considera-se o PNAE também como um instrumento pedagógico, não apenas pelo fato de fornecer uma parte dos nutrientes que o escolar necessita todos os dias, mas por se desenvolver em espaço educativo, à medida que, por exemplo, estimula a criação de temas relacionados à nutrição no currículo escolar (COSTA et al. 2001).

Ferreira & Magalhães (2007) ao analisarem os currículos dos cursos de nutrição, perceberam uma apresentação moldada a partir de uma vertente biológica, de atenção clínico-assistencial e estruturada no modelo biomédico dominante. Além de uma deficiência nas abordagens que ministram as questões políticas, sócio-econômicas e culturais. Demonstrando uma defasagem para a construção de análises críticas a respeito da conjuntura alimentar da população. Para Caniné & Ribeiro (2007) ainda encontra-se como consequência, a falta de um posicionamento do Nutricionista, quanto a suas atribuições à medida que é ampliado o seu campo de atuação. O Nutricionista é tensionado a desenvolver primeiro as atividades de caráter exclusivamente técnico, para após, efetuar outras, como a educação alimentar e nutricional. Sendo assim, ainda que não se possa abrir mão de zelar pela qualidade nutricional e higiênico-sanitária dos alimentos e das refeições oferecidas, pode-se entender que esteja em jogo à forma de conciliar novas e velhas atribuições deste profissional (CANINÉ & RIBEIRO, 2007). Ainda que se insira efetivamente no ambiente escolar, não se pode simplificar a atuação do profissional da nutrição, uma vez que o desafio para o nutricionista está em aceitar a

descentralização do poder dentro deste espaço, bem como a uma participação efetiva de todos os sujeitos do processo educativo.

Superar práticas convencionais e fragmentadas, decorrentes desse modelo tradicional de formação profissional se tornou um desafio. Essa discussão em torno da promoção da saúde parte da hipótese de que a saúde e qualidade de vida independem do oferecimento isolado de cada serviço, e sim, da oferta de um conjunto de condições de vida e de trabalho (FERREIRA & MAGALHÃES, 2007). Dessa forma, Caniné & Ribeiro (2007) afirma que a formação profissional dos Nutricionistas deve ser assimilada em um panorama de educação permanente, atribuindo espaços para debater o processo de trabalho, seus determinantes e o prazo para os resultados que permitam mudanças de algumas práticas para melhores soluções dos problemas de saúde da população.

Constata-se que estabelecer parcerias requer ousadia, desprendimento, envolvimento e criatividade para os profissionais da nutrição, visto que há uma quebra nos modelos convencionais de atuação desta categoria. Sendo assim, as parcerias setoriais, aliados ao desprendimento do modelo biomédico dominante, os saberes populares, juntamente, a habilidade técnica dos nutricionistas, com ênfase na educação nutricional, revelam ser o caminho para incorporar a nutrição dentro da proposta de promoção da saúde (FERREIRA & MAGALHÃES, 2007). Todavia, enfatiza-se a que a importância da ação do nutricionista se direcione não apenas para a educação nutricional como, também, para necessidade de estar ciente do permanente processo de educação, compreendendo as duas faces do mesmo processo: a do ensino e a da aprendizagem. Para tanto, considera-se qualquer espaço (neste caso, o ambiente escolar) como modelo para se abrir à exposição e troca de experiências.

Uma maior aproximação com professores, diretores, merendeiros, estudantes e seus familiares, fortalece a integração dos saberes específicos, construindo novos conhecimentos em parceria com estes atores sociais e, dessa maneira, construindo uma estratégia de educação permanente. (CANINÉ & RIBEIRO, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transição nutricional que se desenvolveu no Brasil apresenta uma singularidade notável: o agravamento simultâneo de duas situações opostas por definição: uma carência nutricional (a desnutrição) e uma condição típica dos excessos

alimentares, a obesidade. Diante deste quadro, atenta-se para a educação nutricional em escolas, uma vez que essa se dá como um local adequado para inserção de hábitos alimentares saudáveis ainda nos primeiros anos de vida, além de contribuir para o controle de doenças de origem nutricional como as DCNT.

No que se refere à importância da educação alimentar e nutricional nas escolas, esta tem sido foco de debates em programas e ações governamentais, demonstrando que apesar das diversas abordagens sendo realizadas com estudantes no contexto escolar, ainda são poucos os resultados no que diz respeito às mudanças nos hábitos alimentares. Uma justificativa para isso, é que além de os programas terem duração muito curta, na maioria das vezes essas ações não observam o cenário em que vive o escolar ao qual o programa se destina, o que remete a uma atenção especial ao espaço escolar.

Além disso, percebe-se que as abordagens pedagógicas a respeito da educação alimentar e nutricional ministradas pelos professores e nutricionistas dentro das escolas, caracterizam-se pela pedagogia liberal, ainda assim em muitos casos estas se encontram na maioria das vezes descontextualizadas, limitadas e sem progressão.

Este estudo demonstrou, que a educação alimentar e nutricional tem maior foco, ainda, na questão biológica, onde o alimento acaba sendo “rotulado” apenas como uma fonte de energia sem expressar a complexidade referente ao ato de comer. Entende-se, porém que práticas alimentares são práticas sociais, não podendo ser abordadas por uma única perspectiva disciplinar, pois o significado do ato de comer e nutrir ultrapassa o mero ato biológico de "necessidade fisiológica". Contudo, é importante considerar que as práticas de educação alimentar e nutricional, a partir de uma vertente transformadora da realidade dos hábitos alimentares, ainda são recentes e precisam se desenvolver com o propósito de obter resultados mais positivos, buscando uma modificação e aperfeiçoamento dos hábitos alimentares em longo prazo.

Nesse sentido, entende-se que, um compromisso sólido entre a equipe pedagógica e o nutricionista poderia colaborar diretamente com as ações do PNAE, investindo também na relação entre o trabalho pedagógico da escola e a alimentação escolar, envolvendo assim, uma maior participação e cumprimento com as atividades de educação nutricional no ambiente escolar.

É importante que haja na formação e no exercício profissional tanto do nutricionista quanto dos professores uma adoção de novos métodos de ensino, tendo como propósito romper a estrutura tecnicista tradicional e incentivar a integralidade, a interdisciplinaridade e a participação social.

No desenvolvimento deste trabalho, observou-se a escassez de estudos que avaliem o impacto das ações educativas exercidas de promoção de hábitos alimentares saudáveis no ambiente escolar. Outro elemento essencial pouco estudado refere-se ao próprio PNAE. Pois, considera-se que, induzindo os alunos a conhecer o local e a preparação da refeição servida na escola, é possível mostrá-los uma infinidade de elementos na alimentação, aliando ao conhecimento existente e promovendo novas experiências.

A situação nutricional brasileira requer uma avaliação diagnóstica global, direta, sistematizada, atualizada, monitorizada, tratada e referenciada por um sistema de vigilância à saúde/ nutricional formal, permanente e de ação. Nesse sentido, verifica-se a necessidade em reunir um número maior de trabalhos que abordem o tema Educação Alimentar e Nutricional, uma vez que este tema tem grande valor científico na contemporaneidade e no perfil demográfico da população. Sobretudo novos trabalhos devem ser realizados para que possam contribuir com os já existentes, visto que a temática envolve uma série de questões abrangentes.

REFERÊNCIAS

AMORIM, N. F. A. et al. Implantação da cantina escolar saudável em escolas do Distrito Federal, Brasil. **Revista de Nutrição**, v. 25, n. 2, p. 203-217, 2012

BATISTA FILHO, M.; RISSIN, A. A transição nutricional no Brasil: tendências regionais e temporais. **Cadernos de Saúde Pública**, v.1 9, sup. 1, p. 181-191, 2003.

BERNARDON, R. et al.. Construção de metodologia de capacitação em alimentação e nutrição para educadores. **Revista de Nutrição**. Campinas, v.22, n.3, p.389- 398, 2009.

BOOG, M.C.F. Atuação do nutricionista em saúde pública na promoção da alimentação saudável. **Revista Ciência & Saúde**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 33-42, 2008.

BOOG, M.C.F. Educação nutricional: Por que e para que? *Jornal da Unicamp [periódico eletrônico]* 2004 [acessado 21 out 2012]. Disponível em: < www.unicamp.br/unicamp/Unicamphoje/ju/agosto/2004 >.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**. Brasília, DF, 2011. [acessado 12 set 2012]. Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar> >.

Brasil. **Lei de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: Conselho Nacional de Segurança Alimentar; 2006 [acessado 14 set 2012]. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/publiucacoes-arquivos/cartilha-losan-portugues> >.

Brasil. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília: Ministério da Saúde. 2003 [acessado 18 out 2012]. Disponível em: < <http://nutricao.saude.gov.br/docs/geral/pnan.pdf> >.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto promoção da Saúde. A promoção da saúde no contexto escolar. Brasília: **Revista de Saúde Pública**, v.36, n,2, p.533-5, 2002. [acessado 21 out 2012]. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v36n4/11775.pdf>>.

BRASIL. **Alimentação Escolar 2009**. MEC/FNDE. [acessado 18 set 2012] Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br> >.

CAMPOS, C. E. A. O desafio da integralidade segundo as perspectivas da vigilância da saúde e da saúde da família. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 69-584, 2003.

CAMPOS, J. A. D. B.; ZUANON, A. C. C. Merenda escolar e promoção da saúde. **Ciência Odontológica Brasileira**. v. 7 n. 3, p. 67-71, jul./set., 2004.

CANINÉ, E. S.; RIBEIRO, V. M. B. A prática do nutricionista em escolas municipais do Rio de Janeiro: um espaço-tempo educativo. **Ciência & Educação**, v. 13, n. 1, 2007.

COSTA, E. Q.; RIBEIRO, V. M. B.; RIBEIRO, E. C. O. Programa de alimentação escolar: espaço de aprendizagem e produção de conhecimento. **Revista de Nutrição**. V. 14, n. 3. p. 225-229, 2001

COUTINHO, J. G; GENTIL, P. C; TORAL, N. A desnutrição e obesidade no Brasil: o enfrentamento com base na agenda única da nutrição. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, sup. 2, p. 332-340, 2008.

DAVANÇO, G. M.; TADDEI, J. A. A. C.; GAGLIANONE, C. P. Conhecimentos, atitudes e práticas de professores de ciclo básico, expostos e não expostos a curso de Educação Nutricional. **Revista de Nutrição de Campinas**, v. 17, n. 2, p. 177–184, abr./jun., 2004.

Dias R. B. F. Educação em saúde no ensino fundamental de uma escola pública em Maceió. **V Encontro de Pesquisas em Educação em Alagoas**. 2010. [acessado 15 set 2012] Disponível em: < <http://dmd2.webfaccional.com/media/anais/EDUCACAO-EM-SAUDE-NO-ENSINO-FUNDAMENTAL-DE-UMA-ESCOLA.pdf> >.

FERREIRA, V. A.; MAGALHAES, R. Nutrição e promoção da saúde: perspectivas atuais. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. Rio de Janeiro, v. 23, n. 7, p. 1674-1681. 2007.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008_2009: Antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil, 2010**. [acessado em 11 de out 2012] Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1699&id_pagina=1>.

IULIANO, B. A.; MANCUSO, A. M. C.; GAMBARDELLA, A. M. D. Educação nutricional em escolas de ensino fundamental do município de Guarulhos-SP. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 264-272, 2009.

KAC, G.; VELÁSQUEZ-MELÉNDEZ, G. A transição nutricional e a epidemiologia da obesidade na América Latina. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, sup. 1, p. 4-5, 2003.

LOUREIRO, I. . A importância da educação alimentar: o papel das escolas promotoras de saúde. **Revista Portuguesa de Saúde Pública**, v. 22, n. 2, p. 43-55, 2005.

MONDINI, L. et al. Prevalência de sobrepeso e fatores associados em crianças ingressantes no ensino fundamental em um município da região metropolitana de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 8, p. 1825-1834, ago., 2007.

MUNIZ, V. M.; CARVALHO, A. T. O Programa Nacional de Alimentação Escolar em município do Estado da Paraíba: um estudo sob o olhar dos beneficiários do programa. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 285-296, maio./jun., 2007.

OLIVEIRA, K. S.. Avaliação do material didático do projeto “Criança saudável - educação dez”, ano 2005. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 12, n. 25, p. 401-410, abri/jun., 2008.

PICCOLI, L.; JOHANN, R.; CORRÊA, E. N. A educação nutricional nas séries iniciais de escolas públicas estaduais de dois municípios do oeste de Santa Catarina. **Nutrire: Revista da Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição**, v. 35, n. 3, 2010.

PINHEIRO, A. R. O. et.al. Uma abordagem epidemiológica da Obesidade. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.17, n.4,p.523-533, 2005.

PIPITONE, M. A. P. et al. A educação nutricional no programa de ciências para o ensino fundamental. **Saúde em Revista**, Piracicaba, v. 5, n. 9, p. 29-37, 2003.

PIPITONE, M. A. P. et al. A educação nutricional nos livros didáticos de ciências utilizados no ensino fundamental. **Revista Higiene Alimentar**, São Paulo, v. 19, n. 130, p. 12-19, abril, 2005.

RIBEIRO, V. M. ; GUSMAO, J. B.; RIBEIRO, V. M. Indicadores de qualidade mobilizam a escola. **Cadernos CENPEC Educação Cultura e Ação Comunitária**, v. 3, p. 59-73, 2007.

RODRIGUES, L. P. F.; RONCADA, M. J. Educação nutricional no Brasil: evolução e descrição de proposta metodológica para escolas. **Comunicação em Ciências da Saúde**, v. 19, n. 4, p. 315-322, out./dez. 2008.

ROZIN, P. Perspectivas psicobiológicas sobre las preferências y aversiones alimentarias. *In*: CONTRERAS, J. (org.). **Alimentación y cultura**. México: Alfaomega, p. 85-109, 2002.

SCHMITZ, B. D. A. S. et al. A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis: uma proposta metodológica de capacitação para educadores e donos de cantinas escolar. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, p. 312-322, 2008.

SILVA, E. C. R., FONSECA, A. B. Abordagens pedagógicas em educação alimentar e nutricional em escolas no Brasil, **VII Encontro nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**. Florianópolis, 2009.

ZANCUL, M. S., OLIVEIRA, J. E. D. Considerações sobre ações atuais de educação alimentar e nutricional para adolescentes. **Alimentação e Nutrição**, Araraquara. v. 18, n. 2, p. 223-227, jan./mar., 2007.